

Valorização policial: o reconhecimento como um estímulo a boas práticas

Em um cenário de intensas disputas narrativas, não podemos deixar que o policial seja ludibriado com falsas propostas de valorização que no fundo aumentam ainda mais seus riscos

Melina Risso e Terine Husek
28 de abril de 2021

AGÊNCIA F8/FOLHAPRESS



Policiais distribuem máscaras contra a Covid-19 em comunidade de Porto Alegre

O bem mais valioso de uma empresa são as pessoas. Esse mantra é repetido mundo afora por empresários bem sucedidos. Se essa é parte de sua receita de sucesso, por que não considerar que o mesmo valha para o setor público? Portanto, se queremos melhorar a segurança pública no Brasil é preciso compreender como reconhecemos e tratamos um dos principais responsáveis por isso: os policiais. Foi com essa inquietação que iniciamos uma pesquisa inédita para averiguar como as instituições policiais valorizam seus profissionais.

A agenda “O reconhecimento como um estímulo a boas práticas: uma agenda de valorização policial”, lançada na última segunda-feira (26) através de uma parceria dos Institutos Igarapé e Republica.org, faz uma análise inovadora e coloca a valorização como um dos elementos centrais para uma política de segurança pública de qualidade. Infelizmente, constatamos que o reconhecimento policial ainda é ancorado em atos de extrema coragem ou ocorrências que geram uma grande apreensão de armas e drogas, ou até mesmo prisões.

Na maior parte dos estados, não há uma política de valorização policial sistêmica, abrangendo todo o leque de cuidados necessários para com os profissionais. Boa parte das respostas recebidas informam sobre ações pontuais de saúde que, embora levantem muitas informações sobre o estado físico e mental dos seus profissionais, são raras as instituições que utilizam esse conhecimento para estruturar programas mais amplos e efetivos. As ações de ensino e sensibilização existentes também não dão conta de atualizar todo efetivo e instrumentalizá-los para agir nos diferentes contextos para o qual são acionados.

A análise feita pelo Instituto Igarapé aponta para a necessidade de realizar um bom diagnóstico, conhecendo as pessoas que atuam nas instituições e suas condições de saúde física e mental, os aspectos organizacionais e o ambiente em que policiais executam seu trabalho. Aponta também para a necessidade de construir uma política clara de avaliação e reconhecimento do trabalho policial, que esteja alinhado com os preceitos institucionais e que dê transparência aos critérios de progressão na carreira, além dos eixos de promoção da qualidade de vida no trabalho e à prevenção do adoecimento e de educação, capacitação e sensibilização.

Também chamamos atenção para a necessidade de desenvolvimento dos gestores de unidade e supervisor de equipe para que aprimorem sua capacidade de gerir pessoas e a importância da comunicação como ferramenta estratégica para disseminar e alinhar valores de uma polícia cidadã orientada para a proteção das pessoas.

Reconhecemos que é desafiador ser policial. Mais do que uma profissão, a atividade se torna parte da identidade de um indivíduo. E essa identidade carrega consigo uma série de características, estereótipos e estigmas. No imaginário social, vemos uma pessoa corajosa que está pronta para enfrentar os criminosos e “nos salvar” dos perigos iminentes. Espera-se que ele esteja preparado para agir em qualquer situação, sete dias por semana, 24 horas por dia. No subconsciente, trata-se de uma espécie de um super herói que não tem problema, não tem medo e não pode demonstrar fraqueza sob pena de macular essa áurea do guerreiro.

Esse imaginário, construído há décadas, é alimentado por práticas institucionais como a promoção pelo ato de bravura, o tipo de treinamento pelo qual o policial passa ao entrar na instituição e até a cultura interna que fomenta regras informais como o “pacto do silêncio”. Mas esse ideário não é inofensivo. Ele informa o comportamento do policial em sua atuação cotidiana, que sempre está pronto para trocar tiro, mesmo em seu período de folga, e tem muita dificuldade em admitir erros ou aceitar críticas. Além disso, vemos graves consequências para a vida desses profissionais. A taxa de suicídio entre eles é, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o triplo da taxa verificada entre a população em geral e a saúde mental dos agentes da segurança pública é um constante tema de preocupação.

Não somos ingênuas. Sabemos que a coragem é um valor fundamental para a profissão. Mas também sabemos que se requer muito mais do que isso. A atividade policial depende fundamentalmente do contato com outras pessoas, portanto, habilidades de comunicação são essenciais. Na maior parte do tempo, o policial está ajudando a resolver conflitos cotidianos, seja no patrulhamento seja no atendimento em uma delegacia. Ele também precisa ser capaz de analisar situações complexas e desescalar o nível de tensão. Isso sem mencionar como o avanço da tecnologia tem mudado seu trabalho.

Então, não se trata de negar a importância da coragem. Mas fundamentalmente de reconhecer que os valores enaltecidos estão desequilibrados. Onde fica a capacidade de escuta, o cuidado com o outro e o controle emocional tão indispensáveis para que o policial preste um bom serviço? Essas habilidades são valorizadas com o mesmo destaque pelas instituições? Os dados indicam que não.

Em um cenário de intensas disputas narrativas, não podemos deixar que o policial seja ludibriado com falsas propostas de valorização que no fundo aumentam ainda mais seus riscos. Sua atuação é fundamental para sociedade e precisamos debater esse assunto com a seriedade que ele requer. Acesse: <https://bit.ly/3gL40nf>

Melina Risso

Diretora de Programas do Instituto Igarapé

Terine Husek

Pesquisadora Sênior do Instituto Igarapé

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/n8zdzdn7kjj>

